

O DIREITO À CIDADE E SUA POTENCIALIDADE DIDÁTICA COM A EJA EM SÃO GONÇALO

José Lucas Coutinho de Moraes¹
Adriana de Almeida²

RESUMO

Este trabalho analisa, brevemente, a relação entre a cidade e a educação de jovens e adultos no município de São Gonçalo, região metropolitana periférica do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é de base qualitativa para que seja possível de forma mais próxima entender esses perfis entrevistados. Para a coleta de dados, foram feitos dois questionários com 14 perguntas semiestruturadas destinadas aos estudantes da EJA e egressos na universidade. Desses questionários, apresenta-se o resultado de duas entrevistas realidades com egressos da EJA dos cursos de licenciatura. A partir dessa pesquisa parcial, foi possível a análise socioeconômica dos sujeitos e por meio das narrativas compreender a forma pela qual os estudantes da modalidade têm ou não ocupado os espaços da cidade.

Palavras-chave: Cidade, Educação de Jovens e Adultos, Pesquisa qualitativa.

INTRODUÇÃO

Este presente artigo é fruto da pesquisa em andamento de Iniciação Científica intitulada “O Direito à Cidade e a EJA” do Grupo de Estudos, Pesquisa, Extensão da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ/FFP). O seu objetivo é investigar como os diferentes perfis da educação de jovens e adultos (estudantes e egressos da EJA na universidade) em São Gonçalo entendem a cidade e as possibilidades de ocupação dos espaços públicos e privados locais.

Nesse sentido, a partir de entrevistas pretende-se entender as oportunidades que a cidade possui e como a mesma interfere no cotidiano desses sujeitos. Utilizando como base o livro de Henry Lefebvre “*O Direito à Cidade*” (2001) foi possível criar dois questionários com 14 perguntas sobre a temática. O primeiro questionário é voltado aos estudantes da EJA em São Gonçalo e o segundo tem como foco os egressos dessa modalidade na UERJ-FFP. A partir dessas perguntas será feita uma análise comparativa entre as respostas desses dois grupos com

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro na Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP). Bolsista de Iniciação Científica.

² Coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Políticas, Experiências e Contextos da EJA (GRUPECEJA). Professora adjunta do Departamento de Educação (DEDU) da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP).

o intuito de analisá-las para entendermos a demanda que esse público possui para com a sua cidade.

Esta pesquisa é de base qualitativa pois entendemos a necessidade de analisar de forma específica as particularidades do indivíduo (Bogdan e Biklen, 1994, p. 47-48). Como resultados parciais podemos perceber a dificuldade que esses sujeitos têm em perceber as possibilidades de lazer em sua cidade, problemas como a falta de acessibilidade, segurança e seus descontentamentos com a educação.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesta pesquisa é de base qualitativa, porque entende-se a necessidade de um olhar mais aprofundado e específico para cada sujeito entrevistado. Os públicos, utilizados para a realização do questionário e por consequência nesta pesquisa, os estudantes da EJA de São Gonçalo e egressos da EJA na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, possuem suas particularidades e, portanto, a pesquisa qualitativa tem a possibilidade de nos oferecer uma análise aprofundada.

Ainda que alguns investigadores utilizem equipamento vídeo ou áudio, muitos limitam-se exclusivamente a utilizar um bloco de apontamentos e um lápis. Contudo, mesmo quando se utiliza o equipamento, os dados são recolhidos em situação e complementados pela informação que se obtém através do contacto direto. Além do mais, os materiais registrados mecanicamente são revistos na sua totalidade pelo investigador, sendo o entendimento que este tem deles o instrumento-chave de análise. (Bogdan e Biklen, 1994, p. 47-48).

Utilizando este método foi possível a coleta de importantes informações sobre a EJA de São Gonçalo e suas necessidades enquanto cidadãos. A pesquisa exploratória aplicou questionários com questões semiestruturadas destinadas a mapear o conhecimento dos jovens e adultos acerca da temática. Desses questionários, apresentamos neste estudo os resultados de duas entrevistas realizadas com egressos da EJA que ingressaram no Ensino Superior. Ressalta-se a dificuldade de mobilização desses estudantes, uma vez que eles se sentem “excluídos” dos espaços universitários. O questionário identificou que os egressos mencionam que não tiveram nenhum apoio pedagógico quando entraram para a Universidade. Os dados parciais indicam a baixa participação que alguns estudantes têm no lazer de sua cidade e até mesmo a pouca informação sobre as possibilidades de lazer e acesso à cultura na cidade.

O DIREITO À CIDADE E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Em seu livro “*O Direito à Cidade*”, Henri Lefebvre trabalha com a ideia de que a cidade não deve ser somente o espaço em que o indivíduo vive (um espaço físico), ela deve ser também o espaço de lazer, decisões políticas, local de propagação de cultura para todos.

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (Lefebvre, 2008, p.134).

Assim, a cidade precisa ser analisada também como um espaço de disputas de classes uma vez que é possível notar diferenças dentro desse espaço. Essa disputa pode ser vista através da hierarquização arquitetônica, na segurança oferecida a determinado grupo em relação a outros (relação elite X periferia), nas possibilidades de lazer e acesso à cultura etc.

Além disso, a EJA precisa ser vista e se ver como parte ativa da classe trabalhadora, logo estes desafios precisam ser analisados, tendo em vista que a cidade é muitas vezes o espaço em que este trabalho é realizado. E suas potências enquanto cidadãos também devem ser levadas em consideração.

Diante dessa riquíssima história, podemos dizer que os direitos cidadãos foram apreendidos no avanço dos direitos do trabalho. [...] A mesma trajetória encontramos na diversidade dos movimentos populares, do campo, sem-terra, sem teto, sem universidade, sem trabalho, do movimento negro, indígena, feminista, juvenil e do movimento docente. A consciência cidadã vai se ampliando na medida em que se amplia as lutas por esses direitos em campos colados ao trabalho à terra, ao teto, à igualdade de gênero, de etnia, raça... As lutas dos adolescentes, jovens, adultos pelo seu direito à educação são uma expressão de sua consciência cidadã atrelada a sua consciência de trabalhadores sujeitos de direitos. (Arroyo, 2017, p. 50).

A relevância de compreendermos a utilização dos espaços-tempos pelos jovens e adultos da cidade, nos auxilia no enfrentamento de como os direitos sociais, inclusive, o direito à educação tem sido apropriado e garantido. Nesse sentido, a ampliação do acesso educacional permite a reflexão aprofundada sobre cidadania e as formas e caminhos adequados de participação e atuação nos diferentes setores da cidade. O reconhecimento de seu pertencimento e direito à cidade é uma demanda necessária ao currículo e as políticas educacionais que permeiam a modalidade EJA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por ser tratar de uma pesquisa de iniciação científica em andamento, os resultados obtidos são parciais e sujeitos a futuras mudanças. Porém, vale ressaltar que das entrevistas já realizadas foi possível entender que a cidade de São Gonçalo é vista como um espaço que possui cultura local, mas esta não é divulgada e apresenta pouco acesso. A exemplo disso é possível citar o perfil 1:

Entrevistador: Quais são as suas atividades favoritas para realizar em sua cidade?

Perfil 1: A minha atividade é assim, eu frequento a Igreja dia de domingo e também gosto de ir ao shopping, gosto de ir ao cinema, mas, assim, sobre o Teatro Municipal de São Gonçalo, eu não tenho acesso. Tentei seguir pelo Instagram, mas não tive retorno. Eu nunca sei quando tem algum evento ali, porque eles não publicam. Então, eu acho muito inexistente para algumas pessoas.

E: Pouco divulgado?

P1: É. Pouco divulgado.” (Trecho da entrevista).

A partir da análise de narrativas das entrevistas foi comum o desconhecimento tanto das atividades culturais promovidas pela cidade como do acesso ao conhecimento, serviços públicos e a relação de pertencimento ao município considerado periférico e de baixa infraestrutura. Dada a proximidade com municípios vizinhos que oferecem uma infraestrutura e lazer um pouco maior, os jovens e adultos optam por frequentar esses outros lugares, desconhecendo o que oferecido na sua cidade.

Essa percepção não é visível apenas quando realizamos pesquisas locais com jovens e adultos, mas também foi identificada no estudo com crianças. Tavares (2008) ressalta que a baixa autoestima e o (auto) preconceito estão inerentes a um estigma espacial intenso e recorrente nas falas dos sujeitos gonçalenses. Para a autora, é essencial investigar a identidade social a partir dos complexos problemas advindos de uma “identidade deteriorada” que as pessoas produzem a partir de sua relação com a cidade (Tavares, 2008, p.17).

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as informações obtidas por essa entrevista e como a mesma pode ser um reflexo dos problemas que a EJA de São Gonçalo e os estudantes

da UERJ-FFP egressos dessa mesma modalidade enfrentam. Foi possível através da metodologia qualitativa uma pesquisa mais próxima e focada nas especificidades de cada um dos entrevistados.

A realidade percebida em relação ao direito à cidade em São Gonçalo foi a de que ainda há uma longa trajetória a ser seguida antes de se alcançar a dinâmica proposta por Lefebvre. Essa pesquisa pretende contribuir no alcance desses objetivos e, sobretudo, para a criação de uma Educação de Jovens e Adultos com a função qualificadora como diz o Parecer CNE/CEB n. 11/2000:

Esta tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (Brasil, 2000, p. 11).

Em última análise, garantir o direito a cidade é contribuir também para com uma EJA mais igualitária. E ainda, formar jovens e adultos capazes de tomar decisões políticas e que tenham acesso à cultura, segurança, lazer, é alterar e participar da cidade à maneira que Lefebvre (2001) incentiva e busca em sua tese. Para o autor, é necessário priorizar uma nova sociedade humana a partir das significações percebidas e vividas pelos sujeitos que habitam as cidades, bem como pela maneira que interpretam esse lugar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 11/2000. Brasília: 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.
- TAVARES, M. T. G. (2010). **Os “pequenos” e a cidade: o papel da escola na construção do direito à cidade**. Revista Tamoios, 4(1). Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/652>